

AGROPALMA S/A

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2013	2012
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES		
Lucro líquido do exercício	(10.152)	5.039
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	15.155	15.383
Provisão para contingências	(1.231)	(1.300)
Provisão para perda com investimentos temporários	33	880
Provisão para Imposto de Renda	(5.873)	4.146
Baixa de ativos imobilizados,intangíveis e diferidos	4.215	2.117
	12.299	21.226
Redução (aumento) nos ativos:		
Adiantamentos e valores a receber	695	(184)
Impostos a recuperar	2.435	(1.785)
Estoques	79	1.082
Depósitos judiciais	693	1.348
Outros Créditos Fiscais	(386)	-
Despesas antecipadas	(182)	(4)
	3.334	456
Aumento (redução) nos passivos:		
Contas a pagar a fornecedores e prestadores de serviços	(7.640)	4.639
Obrigações sociais e trabalhistas	684	1.211
Obrigações Fiscais	366	(74)
Credores Diversos	31.990	4.724
Juros a Incorrer sobre financiamentos bancários	(920)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-	(6.442)
	24.481	4.059
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	29.962	30.780
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Investimentos Temporários		
Adições ao ativo permanente	(36.512)	(30.359)
Adições ao ativo intangível	(272)	(443)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(36.784)	(30.802)
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
Financiamentos Bancários	6.890	-
Pagamentos de débitos com empresas ligadas	-	-
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	6.890	-
Redução no caixa e equivalentes	68	(22)
Caixa e Equivalentes de Caixa		
No início do exercício	67	88
No final do exercício	135	67
Redução no caixa e equivalentes	68	(22)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia foi fundada em 30 de setembro de 1981 e tem como objeto o cultivo de palmeira de dendê e quaisquer outras culturas, a formação de pastagens, a extração e a comercialização de óleos vegetais e madeiras, a manutenção, como atividade secundária, de uma escola de ensino fundamental, e quaisquer atividades conexas, acessórias ou necessárias para a consecução dos fins sociais, inclusive a prestação de serviços em favor de terceiros.

A Companhia tem como missão produzir e comercializar, no mercado nacional e internacional, óleos vegetais e derivados, garantindo o desenvolvimento sustentável do negócio, gerando riquezas e atendendo aos requisitos das diversas partes interessadas.

O prejuízo da Companhia decorreu de sensível redução de produção agrícola por fatores intrínsecos a cultura de palma, diminuindo a receita, resultado e o caixa.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os padrões contábeis adotados no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.1. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração das informações financeiras estão em conformidade com as políticas contábeis adotadas no Brasil, compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis-CPC. Além disso, a administração exerce julgamento no processo de aplicação dos princípios contábeis adotados pela Companhia. Assim, os valores apresentados podem envolver um maior grau de julgamento ou complexidade, afetando áreas em que premissas e estimativas sejam significativas às demonstrações financeiras da Companhia.

As estimativas contábeis estão baseadas em fatores objetivos e subjetivos, quando aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia. Itens sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisão para outros riscos e encargos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes, devido as imprecisões inerentes aos processos de elaboração e revisão dessas estimativas. A Companhia revisa as suas estimativas, no mínimo, anualmente.

Os efeitos das mudanças de estimativas são refletidos prospectivamente nas demonstrações financeiras a partir de sua atualização.

Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aprovados por resoluções do CFC e de normas da CVM são convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Algumas adequações foram procedidas nas demonstrações financeiras, conforme requerido no CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos. Dessa forma, as demonstrações financeiras não apresentam diferenças em relação ao IFRS, exceto pela manutenção do ativo diferido, procedimento esse permitido pelo CPC 13 – Adoção Inicial, e que tem caráter de transição até a total amortização desses saldos.

3. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. A Companhia adota o regime de competência para fins de registro de suas transações e considera o período de um ano para a segregação de ativos e passivos entre circulante e não circulante.

b. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos proporcionais até a data do balanço, não ultrapassando o valor de mercado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas, e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Os instrumentos financeiros da Companhia encontram-se registrados em contas patrimoniais. A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

c. Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, os quais são inferiores aos valores de reposição ou de realização. A Companhia não possui produtos agrícolas em estoque, sendo que os mesmos são remetidos ao cliente no momento da colheita.

d. O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é registrada pelo método linear, levando em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e as taxas de depreciação. Conforme demonstrado na nota nº 9, no exercício de 2010, a administração alterou revisou suas estimativas referentes ao desgaste do imobilizado e alterou as taxas de depreciação de alguns grupos de bens, em consonância com a vida útil.

e. O ativo biológico é registrado pelo custo de aquisição deduzido de depreciação apurada pelo método linear. Por não haver um mercado ativo para definição do valor justo das culturas de palma, não é possível estimar o fluxo de caixa com precisão em função de diversas variáveis que podem afetar a produção e qualidade genética a médio e longo prazo, tais como: volume pluviométrico, déficit hídrico, diversidade de material genético e suscetibilidade a pragas.

f. O intangível é registrado ao custo histórico de formação, sendo amortizado linearmente, levando em consideração o tempo de vida útil estimado e as taxas de amortização demonstradas na nota nº 10.

g. O diferido é registrado ao custo histórico de formação, sendo amortizado linearmente, levando em consideração o tempo de vida útil estimado e as taxas de amortização demonstradas na nota nº 11. A manutenção do ativo diferido é permitido pelo CPC 13 – Adoção Inicial, tendo caráter de transição até a total amortização desses saldos.

h. Os salários, incluindo férias a pagar, e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados aos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

i. São constituídas provisões para fazer face às contingências e obrigações legais potenciais, sendo estas calculadas, tendo por base a correspondente probabilidade de perda.

j. A receita é mensurada pelo valor justo. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as condições determinadas pelo CPC 30 - Receitas são satisfeitas. Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

k. O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescido de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240 mil anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, por meio da aplicação da alíquota de 9%.

l. As receitas e despesas financeiras são substancialmente representadas por juros, ajustes inflacionários e variações cambiais, decorrentes de empréstimos e financiamentos, correção monetária e ajustes inflacionários sobre provisões para contingências e contas a receber, sendo calculadas pelo regime de competência.

m. Os ativos e passivos financeiros representados por caixa e equivalentes de caixa, clientes e fornecedores estão avaliados ao valor de realização e/ou liquidação de acordo com as condições usuais e normais de mercado e seus saldos se aproximam substancialmente do valor justo destes instrumentos.

n. A Companhia analisa a existência de evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução do valor recuperável de um ativo – *impairment*). O valor recuperável é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos o custo de venda. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, não foram identificadas evidências de que os valores contábeis dos ativos imobilizado, intangível, diferido e outros ativos não circulantes não serão recuperados no curso normal das operações.

o. Gastos relacionados aos programas ambientais e responsabilidade social contínuo são registrados como gastos no resultado do exercício, à medida de sua ocorrência. Os programas contínuos são elaborados como forma de prevenção a possíveis impactos ambientais causados pelas operações e para a gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

p. A Demonstração do Resultado Abrangente não foi elaborada para os exercícios findos em 2013 e 2012, pois a Companhia não registrou outros eventos abrangentes que modificassem seu patrimônio líquido alheio ao resultado e participação dos proprietários, que exigissem a sua elaboração.